

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”

24 a 28 de setembro de 2018

GT 12 - Arquivos: Diversidade e tempos de mudança

A IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO PESSOAL: um percurso diplomático

Marcos Ulisses Cavalheiro¹

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos²

RESUMO

À Diplomática Clássica, pouco provavelmente, os documentos de arquivo pessoal seriam passíveis de análise e interesse; todavia, uma vez revisitada pela Arquivologia, assume uma abordagem, também crítica, porém voltada à funcionalidade para além da formalidade, ou seja, a Diplomática Contemporânea se ocupa da verificação do contexto de produção e das atividades, mandatórias ou espontâneas, que originam os documentos em uma perspectiva orgânica. Neste texto, temos por objetivo evidenciar como a Diplomática Contemporânea pode nos servir como parâmetro para a identificação documental em arquivos cujas proveniências são pessoas. Trata-se, pois, de uma investigação qualitativa e exploratória, pautada em levantamento bibliográfico e documental. Almejamos, ao final, evidenciar o quão funcional se demonstra a identificação e o levantamento de tipologia documental em arquivos pessoais para fins de referência, organização e representação desse documento privado, seus conjuntos e contextos.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Documento de Arquivo. Identificação Arquivística. Diplomática. Tipologia Documental.

1 INTRODUÇÃO

Os documentos produzidos, recebidos e acumulados por pessoas provam e testemunham o desempenho de suas funções e atividades, ainda que parcialmente, uma vez que seus arquivos não designam, via de regra, produtos da burocracia, como nas esferas pública e privada institucional, por exemplo, à medida que muito de sua "documentação", enquanto prática individual e social, reflete a expressão de seus pensamentos e sentimentos, os

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. marcos.cavalheiro@usp.br

² Doutora em Ciência da Informação e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. cibelear@usp.br

quais podem, espontaneamente, ser registrados, ou não. Em contramão aos arquivos empresariais, “Uma pessoa cria o seu arquivo a fim de atender as suas conveniências ou personalidade, e não porque uma lei, estatuto, regulamento ou política exige que ela o faça” (HOBBS, 2001, p. 128, tradução nossa). Por essa razão, talvez, os arquivos pessoais tenham estado, e ainda estejam, aquém do arcabouço teórico-metodológico da Arquivologia.

Os arquivos pessoais possuem seu recolhimento, tratamento e preservação justificados pela valoração histórica e patrimonial de seus materiais, por meio dos quais as memórias individuais podem ser (re)construídas e difundidas coletivamente; "por refletirem, mesmo que não totalmente, a vida de alguém, os arquivos pessoais fazem com que tenhamos a sensação de estarmos acompanhando a trajetória de seu titular (...)", o que nos conduz ao entendimento de que "Quanto mais os documentos desse arquivo revelam os pormenores, os eventos e as atividades desempenhadas pelo indivíduo, mais nos aproximamos de sua vida" (CAMPELLO, 2016, p. 67). No Brasil, alavancou-se a tradição de custódia, arranjo e descrição de arquivos pessoais, a princípio, com a atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), e com a criação de seu Programa de Arquivos Pessoais (PAP), considerado o “(...) pioneiro na definição de uma metodologia para tratamento de arquivos pessoais” (*Online*, 2012)³.

Campello alega que "Todos nós desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa vida. A trajetória de cada pessoa delimita especificidades ao conjunto documental acumulado por ela" (2016, p. 66). Buscamos observar, neste texto, as peculiaridades dos documentos de arquivo pessoal no domínio da Arquivologia e na fundamentação de seus princípios e métodos; posteriormente, abordarmos a questão da identificação (efetivamente arquivística) desse documento, levando-se em consideração sua natureza, bem como a de seus conjuntos. Para tanto, recorreremos à literatura arquivística e à metodologia da Diplomática revisitada pela Ciência dos Arquivos, isto é, à Diplomática Contemporânea como parâmetro para a sistemática da Identificação Arquivística no contexto desses acervos; a partir dessa

³ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 20 nov. 2018.

metodologia, trabalhamos com a ideia de um "percurso diplomático" para a identificação da ação, da reação e da expressão humanas em documentos, e seus contextos de proveniência e organicidade. Entendemos que as considerações a respeito dos arquivos pessoais no domínio arquivístico são necessárias e relevantes, ao passo que "(...) Estes são instrumentos essenciais para o funcionamento da vida em sociedade e, portanto, testemunhos da trajetória de qualquer pessoa" (CAMPELLO, 2016, p. 66).

2 OS ARQUIVOS PESSOAIS NO DOMÍNIO DA ARQUIVOLOGIA

Por arquivo pessoal, compreendemos ser:

(...) o conjunto de papeis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTTO, 2004, p. 266, grifo nosso).

Além dos diversos gêneros e suportes, Bellotto evidencia o valor patrimonial e científico do material de arquivo pessoal, bem como o processo de transição da informação pessoal em conhecimento coletivo. Ao lidarmos com o conceito de "fundo", pautado essencialmente em proveniência e organicidade, e, sob uma perspectiva macro, com o conceito de "arquivo privado", compreendemos que o "arquivo institucional" reflete, em documentos, a trajetória, a missão, os valores, as competências e as atividades desempenhadas no contexto de um dado organismo; da mesma forma, idealmente, o "arquivo pessoal" deve, em documentos, refletir a trajetória de vida, a carreira e as particularidades de um indivíduo. Portanto, "Os arquivos pessoais, de uma maneira geral, são constituídos de documentos que testemunham as relações pessoais e profissionais de uma pessoa ao longo da vida" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 6).

Camargo e Goulart comentam que "Os arquivos pessoais nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística, e as razões desse desvio são várias e poucas vezes justificadas" (2007, p. 36). Cook (1998) atribui um parecer

comportamental à problemática dos arquivos privados, sobretudo dos fundos pessoais, diante dos princípios arquivísticos, uma vez que os próprios arquivistas que trabalham com esses conjuntos documentais enxergam seu material como o fariam os bibliotecários, os documentalistas e os historiadores. Esse afastamento justifica o tratamento temático da informação pessoal, quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa com baixo grau de complexidade, normatividade e, em certos casos, incoerências. Por um lado, "se reunidos por pessoas ou famílias, acabam por sugerir a adoção de critérios totalmente alheios ao sentido ou à lógica de sua acumulação (...)" por outro lado, como observa Frank G. Burke, "(...) ao contrário dos arquivistas que trabalham com documentos institucionais, o curador de arquivos pessoais tem total liberdade para organizá-los de forma a atender às demandas da pesquisa" (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 36).

Muitos dos documentos de arquivo pessoal são reconhecidos pelo desprovemento de elementos diplomáticos, uma vez que, em contramão à produção documental institucional, cujas formas e conteúdo são previamente estabelecidos, a produção documental particular costuma, na realidade, refletir a espontaneidade, o sentimento, o pensamento e a vontade de seus titulares. Por serem os arquivos pessoais, enfaticamente, uma reunião de documentos orgânicos, e apesar das provocações concernentes à dimensão teórica e metodológica da Arquivologia, seus princípios e métodos abrem o viés para (re)pensarmos as possibilidades e os limites de uma metodologia que, mutuamente, salvasse sua organicidade. Afinal de contas, "Mesmo com as especificidades do acervo pessoal, a Arquivística, munida de seus princípios, e da Diplomática, lança luz à organização de qualquer tipo de acervo com características orgânicas" (BARROS; TOGNOLI, 2011, p. 75).

Para além da forma, o documento de arquivo é reconhecido por seu valor probatório e testemunhal; "provar" e "testemunhar" são dispositivos diretamente relacionados à exposição de "verdades". A produção de documentos pessoais revela características plausivelmente afirmativas da personalidade, haja vista que evidenciam sua intimidade, e, portanto, sua "verdade": Uma carta de agradecimento revela o sentimento da gratidão; um manuscrito de obra releva um talento, o do processo criativo. Entre suas "verdades" registradas e arquivadas, "A aplicação de procedimentos

arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível e necessário na medida em que formam conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem", ainda que desprovidas de quaisquer obrigatoriedades, ainda que remetam, singularmente, ao sentir ou ao pensar. Portanto, "(...) devem receber um tratamento arquivístico efetivo, de forma a recuperar sua unicidade, organicidade e relação entre os documentos" (CAMARGO, 2009 apud CAMPELLO, 2016, p. 73).

Embora não tenham sido apreciados no desenvolvimento da Arquivologia, tais como foram os públicos e institucionais, os arquivos pessoais devem ser contemplados em seu domínio, pois, apesar dos desafios, conforme sugere Lopez (2003, p. 80), seus princípios, "(...) paradoxalmente, os reforçam como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracterizam". Assim, "Em que pese à arbitrariedade que caracteriza sua produção e acumulação, estes documentos não deixam de ostentar funcionalidades típicas dos documentos de arquivo: são, também eles, instrumentos ou subprodutos de atividades ou eventos (...)" (CAMPOS, 2017, p. 54). Dessa premissa, tratamos, adiante, da Diplomática, mais precisamente da Contemporânea, como norte para a referência terminológica e funcional dos documentos de arquivo pessoal. Eis a proposta de um "percurso diplomático", cujo traçar nos demonstra essencial às considerações acerca da identificação arquivística de seus documentos, apresentadas no quarto tópico deste texto.

3 UM “PERCURSO DIPLOMÁTICO” PELOS ARQUIVOS PESSOAIS

A Diplomática, segundo Nuñez Contreras (1981), estuda os diplomas (registros de duas dobras) e os elementos que os constituem interna e externamente; uma vez que os diplomas tenham se tornado sinônimos de documentos, a área tem sido apropriada na definição do arcabouço teórico e metodológico da Arquivologia, uma vez que ela subsidia a averiguação do documento de arquivo do ponto de vista formal, intelectual e físico, e fundamenta metodologias para sua organização e representação de seus conjuntos. De modo geral, a Diplomática testa as configurações do documento e o concebe criticamente, visando atestar-lhe confiabilidade perante um dado sistema jurídico (BELLOTTO, 2002). Nesse sentido, Carucci (1987) afirma que

"O objeto dos modernos estudos da Diplomática é a unidade arquivística elementar, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente a sua produção, como a seus efeitos" (apud BELLOTTO, 2002, p. 17).

Neste texto, o documento a ser identificado é o de arquivo pessoal, o qual costuma possuir características adversas se comparado, por exemplo, ao documento diplomático, uma vez que expressam, respectivamente, os extremos da informalidade e da formalidade, da subjetividade e da objetividade. Ao conceituar o documento diplomático e reafirmar a função crítica da Diplomática Clássica, Rodrigues afirma que:

O documento diplomático, na abordagem clássica da diplomática é o documento indivíduo, escrito, o qual os diplomatas analisam do ponto de vista da tradição ou transmissão, dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente (2008, p. 133).

Ao abordar os documentos de arquivo pessoal confrontados à abordagem clássica, Rodriguez (2010), ao citar Duranti, comenta que "(...) a diplomática pouco contribuiria aos estudos de documentos particulares, apesar de reconhecer padrões formulares na produção de documentos extremamente pessoais, como o são as cartas de amor ou diários íntimos" (p. 84). Uma vez que esses documentos costumam ser formalmente imprecisos, sob a ótica clássica, penoso seria submetê-los à crítica diplomática e à categorização documental. Entretanto, Duranti (1996) define uma dita "categoria narrativa", na qual se encaixam os "(...) documentos que constituem evidência de uma atividade juridicamente irrelevante, consequentes ou não de um ato jurídico" (p. 54, tradução nossa). Nessa classe, parece-nos conveniente inserir os registros dos pensamentos e dos sentimentos, estereotipados documentos de arquivo pessoal, em detrimento de sua verdadeira natureza. Afinal, "Hoje, este é o objetivo da Diplomática, muito mais do que simplesmente a autenticidade formal dos documentos" (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Um "percurso diplomático" de análise documentária, em Arquivologia, parte, impreterivelmente, do princípio da proveniência, e, em contramão à clássica abordagem da crítica, sua estrutura reflete uma gradação sistemática, do geral para o específico, ou seja: da proveniência aos eixos estruturais e/ou

funcionais, dos eixos ao fluxo de produção, do fluxo às espécies e das espécies aos tipos documentais. Rodrigues (2009), ao citar Bellotto (2000), comenta que o objeto da Diplomática, na linha ortodoxa, são os documentos diplomáticos, aqueles de natureza jurídica que refletem, no ato escrito e formulado, as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos. Atualmente, para além das formas, dos formatos e dos formulários, "(...) os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e, nesse sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística" (2009, p. 10). A Diplomática revisitada pela Arquivologia sugere *novos usos para uma antiga ciência*⁴; nesse contexto, evidencia-se a Diplomática Contemporânea.

A Tipologia Documental, práxis da Diplomática Contemporânea, "(...) caracteriza-se pelo deslocamento do documento isolado para o documento orgânico. Parte do uso da Diplomática clássica, mas diferencia-se em relação ao seu objeto" (RODRIGUEZ, 2011, p. 65), ou seja, o documento que é natural, orgânico, único e autêntico (o documento de arquivo), porém não, fundamentalmente, diplomático. Nessa perspectiva, a crítica não se detém à precisão da forma documental, tampouco a sua densidade jurídica ou solenidade. Nela, o "percurso diplomático" direciona o arquivista à identificação dos contextos de proveniência e produção, e à delimitação conceitual do documento em razão da atividade que o gerou. Se na Diplomática Clássica "a combinação específica de elementos determina o aspecto das formas documentais e nos permite distinguir, rapidamente, uma forma de outra" (DURANTI, 2015, p. 19), na Diplomática Contemporânea, a combinação dos elementos "espécie" e "atividade" nos permite distinguir um tipo documental de outro em arquivos de naturezas quaisquer.

A Diplomática Contemporânea "(...) é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora" (BELLOTTO, 2004, p. 52). Uma vez que a Diplomática Clássica se atinha à

⁴ Referência ao clássico de Luciana Duranti: **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad., Manuel Vasquez. Carmona: S&C. (Biblioteca Archivística, 5), 1996.

autenticidade, à forma e à tradição do documento, dirigia-se sua atenção à espécie documental; a Diplomática Contemporânea, por sua vez, atém-se ao motivo pelo qual o registro foi gerado, isto é, ao evento que induz sua produção. As atas de reunião e os contratos de venda são, por exemplo, documentos de arquivo empresarial, os quais conseguimos identificar e distinguir, no contexto tipológico, com o respaldo analítico-instrumental da Diplomática Contemporânea. Alinhados a esse raciocínio, é presumível que os documentos produzidos, recebidos e acumulados por pessoas (físicas) sejam, de igual modo, amparados pelos estudos de Tipologia Documental, apesar das tendências à informalidade e demais limiares suscitados. Afinal de contas, o método tipológico evidencia os recursos cognitivos para distinção de uma "carta de amor" para uma "carta de expressão de pêsames"; de um "convite de aniversário" para um "convite de batizado". Eis a percepção do tipo documental, que "(...) é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que são testemunho de uma ação ou ato determinado" (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 45).

O "percurso diplomático" nos arquivos pessoais nos parece instigante, pois, nele, os vãos terminológicos e funcionais que impactam, diretamente, sua contextualização, organização e representação, parecem ser reparados (ou amenizados), ao passo que o tipo documental é "Um elemento decisivo para a identificação e para a descrição dos itens documentais e, como consequência, das séries documentais" (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 45). Dessa premissa, acreditamos serem pertinentes algumas considerações acerca do "percurso diplomático" em face aos desafios apresentados pelos arquivos pessoais à Arquivologia: por ele, permite-se (re)construir os contextos de proveniência e organicidade, de modo que documentos espelhem, de fato, a vida pública, privada e a carreira de seus titulares; tende-se à solução da problemática da organização (arranjo documental em grandes e contraditórias classes) na representação (descrição e referência); dinamiza-se o processo de recuperação da informação, tornando-o mais objetivo, ainda que trate de documentos subjetivos.

Trancoso e Silva (2013) reiteram que os documentos encontrados nos arquivos pessoais refletem a individualidade e a subjetividade, de acordo com a área de atuação de seus titulares, exigindo do arquivista "atenção redobrada"

na contextualização desses documentos de acordo com as atividades desempenhadas pela personalidade ao longo de sua vida. Logo, "Para se contextualizar um arquivo, é fundamental a identificação dos tipos documentais" (p. 3). Segundo Oliveira (2012), "(...) a identificação da tipologia documental ajuda na análise do conteúdo, demonstrando o laço entre o produtor dos documentos e seu trabalho, sua vida pessoal e familiar, suas relações de amizades e lazer. Para tal, é preciso uma abordagem investigativa" (p. 83) que defina as conjunturas da vida, da carreira e das particularidades do titular como equivalências dos eixos funcionais que, idealmente, devem refletir e, por conseguinte, dinamizar as medidas de contextualização, organização e representação de seus registros, esses que, por sua vez, "(...) traduzem valores, opiniões, preferências e hábitos de seu produtor, constituindo-se em uma fonte alternativa de possibilidades para a pesquisa" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 6). Eis o dilema da Identificação Arquivística.

Das observações, notamos que a Diplomática Contemporânea dispõe de eficazes recursos para o esclarecimento contextual dos documentos de arquivo, e, no caso dos arquivos pessoais, "o uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que (...) é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias" (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 2). A Tipologia Documental, portanto, nos parece um sugestivo parâmetro para a (re)consideração dos diacrônicos desafios de contextualização, arranjo e descrição desses acervos, apesar de seus limiares no domínio da Arquivologia. Visando as possibilidades e os limites de sua aplicabilidade, discutimos, adiante, do "percurso diplomático", a questão da identificação contemplada à realidade do documento de arquivo pessoal.

3 O DOCUMENTO DE ARQUIVO PESSOAL: DO PERCURSO DIPLOMÁTICO À IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A identificação arquivística é o estudo que antecede o *quehacer* intelectual e técnico nos arquivos, uma vez que se demonstra essencial na contextualização dos tipos documentais acumulados e os vínculos que esses mantêm no âmbito de sua entidade acumuladora (RODRIGUES, 2009), essa

compreendida, ressaltamos, como instituição e/ou pessoa. Em Arquivologia, o "identificar" emerge em sinonímia com o "pesquisar", processo esse que, por sua vez, deve contemplar o reconhecimento e a demarcação da gênese e dos contextos de proveniência, organicidade, procedimentos e usos dos documentos de arquivo e sua informação, associando sua produção às conjunturas individuais e/ou coletivas, coligando razões e funções. Thomassen (2006) faz referência à "identificação" como "pesquisa arquivística", que é, justamente, aquela "(...) sobre relações: relações entre informação, documentos de arquivo e elementos de contexto, e, num patamar mais elevado, relações entre pessoas, comunidades e sociedades" (p. 15).

Carmona Mendo (2004), em *Consideraciones sobre el método em Archivística*, tratou conceito de "identificação" no domínio da Arquivologia, esclarecendo-o e relacionando-o à perspectiva do princípio da proveniência. Segundo ela,

A identificação é a melhor ferramenta para aplicação do princípio básico da arquivística: o do respeito à proveniência e à estrutura interna do fundo. Consiste na investigação das características dos objetos inerentes na gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido. Entende-se por sujeito produtor a *pessoa física, família ou órgão* que tem produzido e/ou acumulado o fundo. Entende-se por objeto produzido a totalidade do *fundo e cada um dos agrupamentos documentais* que o compõem (p. 42, tradução nossa).

A identificação arquivística pode, portanto, ser compreendida como um método de análise documentária, o qual, no nível da análise, (...) nos permite, a partir do conhecimento de suas características internas e externas, chegar à identificação das séries documentais (...)”e; no nível da síntese, “(...) pelo estudo de seus agrupamentos documentais, reconstruir tanto a organicidade, como a funcionalidade dos arquivos e, por conseguinte, das instituições que os originaram” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p. 39, tradução nossa). Nesse sentido, corroboram-se as relações entre Diplomática e Arquivologia na definição do arcabouço teórico e metodológico do processo investigativo em questão, o identificar. Sendo o contexto de produção o próprio contexto de proveniência, a identificação consiste em um eficaz recurso de aplicabilidade do princípio da proveniência, uma vez que, nela, estão contempladas as etapas de pesquisa histórica e documental da proveniência e a gênese do material (objeto) por ela produzido, recebido e/ou acumulado, de modo que sejam evidenciados os

vínculos genéticos que os documentos, no conjunto, possuem entre si, bem como sobre o conjunto e seu "sujeito produtor", conceito de Carmona Mendo (2004) em que se enquadram, além das organizações, as personalidades e as famílias.

Além do respeito aos fundos, a identificação é indispensável às demais funções arquivísticas, como o arranjo, a descrição e a avaliação. Trata-se de uma etapa prévia, que consiste na análise da entidade produtora (sua história, organização, missão e processos), das funções e das leis que as sustentam, e dos tipos documentais delas resultantes (CRUZ MUNDET, 2011). Portanto, “Os fatores fundamentais da identificação são: o órgão produtor, a competência, a função e o tipo documental” (p. 206, tradução nossa). Dessa forma, “A primeira fase da análise se centra no estudo do órgão produtor (...) O segundo passo ou fase da identificação se centra na análise de cada uma das séries documentais geradas” (CARMONA MENDO, 2004, p. 42-3, tradução nossa). No que diz respeito às fontes para a identificação, López Gómez (1998) afirma que a legislação é fundamental ao reconhecimento das competências do sujeito produtor, seu desenvolvimento e evolução no tempo. Afinal, “As entidades nascem, se desenvolvem, se diversificam, e desaparecem, deixando um rasto documental contínuo como prova e testemunho de suas atividades, que se manifestam nos tipos e séries documentais que produzem”; logo, “as principais fontes do nosso trabalho devem ser as de carácter arquivístico” (p. 40, tradução nossa).

Junto às fontes documentais, evidentemente, incluímos as secundárias, de carácter bibliográfico e hemerográfico, das quais também não podemos prescindir, e que desempenham um duplo papel. Contribuem, e sempre contingentes às documentais, ao copilado das informações e à interpretação das mesmas. É preciso saber o que, quando e quem escreveu sobre a entidade objeto de nosso estudo, e com qual critério. Não nos esqueçamos de que a história é uma interpretação dos fatos através dos testemunhos conservados, sempre sujeitos a novas leituras (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p. 40, tradução nossa).

Carmona Mendo (2004) reafirma que a primeira fase da identificação diz respeito à recompilação de todas as informações possíveis acerca do sujeito produtor, e explica que a maneira de as obter será distinta caso lidemos com

fundos históricos ou vivos, públicos ou privados. Esse processo investigativo é iniciado com a consulta às referidas fontes, classificadas por ela em externas (legislação e estudos históricos) e internas (a documentação propriamente dita e, quando possível, entrevistas com os responsáveis por sua gênese). Em fundos pessoais, diríamos que a identificação parte, essencialmente, do estudo biográfico do titular, das (re)leituras e cotejos de suas versões, caso haja publicações distintas, em razão de, ao menos, duas evidências: a documental (o acervo do titular) e a oral (entrevista com o titular, se vivo, familiares, amigos, demais pesquisadores etc.). Na dimensão dos arquivos pessoais, esse estágio primário da identificação arquivística pode ser percebida como uma oportunidade para a (re)composição de história de vida da personalidade em análise, de modo a torná-la o mais autêntica possível em detrimento das fontes disponíveis.

Ao tratarmos da identificação do arquivo de um escritor, por exemplo, é essencial que o arquivista, além da vida privada, grosso modo, conheça (ou passe a conhecer) a trajetória do indivíduo na “arte da palavra”, isto é, suas produções, estilística, escola literária, influências e títulos; para tanto, devem ser atentados, essencialmente, os rascunhos, manuscritos e datiloscritos de obras (fontes primárias), bem como seus produtos (as obras, fontes secundárias): Eis uma maneira de prezar por “contextos” via “textos”. “Quando podemos ligar o rascunho ao discurso, ao artigo, ao ensaio, à carta, ao relatório ou à tese (...)” – e ao livro, inclusive –, além de retomarmos a questão da organicidade, no percurso diplomático, “(...) trabalhamos com o conceito arquivístico de forma, ou seja, identificamos as etapas de preparação e transmissão do documento arquivístico” (CAMARGO, 2015, p. 25). Embora não se refira, necessariamente, aos registros de cunho literário, Ana Maria de Almeida Camargo alarma que “Às vezes é impossível estabelecer nexos de sentido entre tais manuscritos e as diferentes atividades a que se dedicou o titular do arquivo, especialmente quando se trata de anotações informais, marcadas pela espontaneidade” (CAMARGO, 2015, p. 25).

Carmona Mendo (2004) alega que o resultado da aplicação das duas etapas dessa metodologia, o reconhecimento do titular e o levantamento da tipologia documental, permite que o arquivista conheça e desenvolva parâmetros seguros (assertivos) para: a devida nomeação da tipologia e da

série documentais; a averiguação do sujeito produtor e sua evolução no tempo-espaço; a legislação que regulamenta as funções materializadas nos tipos documentais levantados (embora isso não se aplique, mandatoriamente, aos documentos de arquivo pessoal, sobretudo aos íntimos e introspectivos, produtos da espontaneidade); a ordenação das séries documentais e; o conteúdo dos documentos (pessoas, datas, atividades e assuntos). Via fórmulas, Heloísa Bellotto e Ana Célia Rodrigues sintetizam o *modus operandi* do segundo estágio da identificação arquivística, pautado no levantamento dos tipos documentais e na contextualização das séries que deles emergem. A fim de identificarmos a tipologia documental, recorreremos, pois, à fórmula "espécie + de + atividade" (BELLOTTO, 2004); com vistas às séries, aplicamos a fórmula "sujeito produtor + função + tipo documental" (RODRIGUES, 2008).

De acordo com Camargo, "Há documentos que são facilmente identificados, na medida em que explicitam sua espécie e ostentam uma estrutura que pouco se altera com o passar do tempo" (2015, p, 18), o que se distancia da realidade de alguns documentos de arquivo pessoal, cujas "estruturas" são dinâmicas e se alteraram; afinal, as pessoas mudam e seu modo de documentar sentimentos e ideias também podem mudar. Apesar da dinâmica (aparentemente) simplista da metodologia em questão, torna-se um impasse ao projetarmos sua aplicabilidade no contexto dos arquivos pessoais, pois, ressalvamos, "A produção documental é um produto subjetivo, individual, representação das atividades de uma pessoa e que, muitas vezes, chega à instituição de guarda de forma descontextualizada" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 7). Em contrapartida, "Se a abordagem contextual coloca no mesmo patamar, para os arquivistas, documentos de natureza diversa (inclusive aqueles que, por tradição e em razão de seu formato, são sempre encaminhados para bibliotecas e museus), não os isenta da difícil tarefa de identificá-los" (CAMARGO, 2015, p. 17).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, discorreremos acerca dos desafios e perspectivas entorno aos arquivos pessoais no domínio da Arquivologia, recorrendo aos seus princípios e métodos elementares para compreender e reafirmar a noção de

proveniência e organicidade na composição desses conjuntos, os quais devem, portanto, ser reconhecidos como objeto de investigação e práxis da área, apesar da inconstância formal, da introspecção e da subjetividade manifestadas em diversos de seus registros e da diacrônica marginalização teórica e metodológica voltada à contextualização, organização e representação dos mesmos. Devido ao distanciamento do campo arquivístico, os documentos de arquivo pessoal foram, histórica e tradicionalmente, incorporados em museus, centros de memória e bibliotecas, instituições de custódia em que, apesar de híbridas, prevalecem as práticas de tratamento temático da informação, essas que, por sua vez, desfazem o senso arquivístico e quaisquer tentativas de acoplamento dos arquivos pessoais em seu devido domínio: a Ciência dos Arquivos.

Dentre as consequências do deslocamento dos arquivos pessoais em relação ao escopo da Arquivologia, percebemos a moderada desenvoltura na contextualização e no desenvolvimento dos quadros de arranjo e instrumentos de acesso. Notamos que a problemática da funcionalidade na identificação do documento de arquivo pessoal emerge como decorrência de uma prática de generalização terminológica, isto é, sua referência sem a devida e prévia contextualização. Nesse sentido, nos arquivos pessoais, "Para além do desafio de se identificar as atividades produtoras dos documentos, o outro desafio refere-se ao nomear corretamente o tipo documental" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 10). Observamos que nos modelos tradicionais, que ainda vigoram, esse documento é, além de referenciado, organizado e representado, essencialmente, pela espécie, cuja designação advém da contemplação da forma documental, essa que, por sua vez, nos parece facultativa na composição do documento de arquivo pessoal; afinal de contas, o titular documenta e acumula o que e como desejar: o "eu-documentado" não está preso às fórmulas, tampouco às categorias diplomáticas.

Camargo reitera que, "Ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem" (p. 170). Assim sendo, a relação estabelecida entre a "identificação arquivística" e o "percurso diplomático" (cuja partida é a crítica documental, e destino, a caracterização tipológica) pode ser evidenciada, para além da instrumentalidade, pelo partilhar de um mesmo

propósito: a contextualização dos documentos de arquivo, no que se referem à proveniência, à organicidade, à funcionalidade e à usabilidade dos mesmos. Sendo a identificação um minucioso estudo da gênese documental, o "percurso diplomático" tem, sobre o processo investigativo, um aporte metodológico que, também nos arquivos pessoais, "(...) explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ações e de etapas de procedimento, mostra todos os tipos de ações entre pessoas e documentos" (DURANTI, 1994, p. 61).

Sugerimos, por fim, a Diplomática Contemporânea como o parâmetro de contextualização, revisão e perspectivas de organização e representação da informação nos arquivos pessoais. Neste texto, constatamos que o "percurso diplomático", que parte, essencialmente, do princípio da proveniência, nos permite esclarecer terminológica, contextual e funcionalmente o documento de arquivo pessoal, de modo a identificar (reconhecer e contextualizar) sua tipologia documental. Do "percurso diplomático" à identificação arquivística, registramos algumas impressões e reflexões quanto aos limiares e as possibilidades de aplicabilidade da metodologia arquivística de identificação nos arquivos pessoais, cujo desenvolvimento depende, a priori, do respeito aos princípios arquivísticos, para além das especificidades do conjunto em questão, da busca pela contextualização e funcionalidade como norteadoras das medidas do processamento intelectual da informação nesses acervos, bem como do estudo bio/bibliográfico do titular (primeira fase da identificação) e do levantamento dos tipos documentais por ele acumulados (segunda fase da identificação). É, portanto, necessário e relevante o aprofundamento do tema "arquivos pessoais" na pesquisa em Arquivologia e na apropriação de seus princípios e métodos, tais como os da Diplomática Contemporânea e os da Identificação Arquivística.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. L. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011.
BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo:

Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer).

_____. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFHC, 2007.

CAMARGO, A. M de A. Sobre espécies e tipos documentais. In: **Dar nome aos documentos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

CAMPELLO, L. O. S. Abordagem funcional de arquivos pessoais: reflexões a partir do Arquivo Epifânio Dória. **Resgate - Rev. Interdiscip. Cult.**, Campinas, v. 24, n. 2 [32], p. 65-90, jul./dez. 2016.

CAMPOS, F. G. Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática. In: GARCÍA, N; SILVA, M. C. S. de M. e (Orgs). **Archivos personales**: experiencias de organización y gestión. Córdoba: Redes, 2017.

CARMONA MENDO. C. Consideraciones sobre el método en archivística. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 1, p. 35- 46, 2004. Disponível em:

<<http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm>>. Acesso em 14 nov. 2018.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-175, jan./jun. 1998.

CRUZ MUNDET, J. R. **Diccionario de Archivística**. Madrid: Alianza, 2011.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Trad., Manuel Vasquez. Carmona: S&C. (Biblioteca Archivística, 5), 1996.

_____. Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (Parte V). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015.

HEREDIA HERRERA. A. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, jul./dez. 2007.

HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001.

LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, jul./dez. 2003.

LÓPEZ GÓMEZ, P. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v. 5, n. 22-23, p. 37-43, 1998. Disponível em:<<http://eprints.rclis.org/5068/1/1998-22-37.pdf> >. Acesso em: 18 nov. 2018.

NUÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: **Archivística**: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: **XIII Encontro Nacional**

de Pesquisa em Ciência da Informação. A Responsabilidade Social da Ciência da Informação. João Pessoa: Idea, 2009.

RODRIGUEZ, S. M. T. **O Juízo de Órfãos de São Paulo:** caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX). 2010. 283 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2010.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16. jan./jun. 2006.

TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. de M. e. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 2, p. A03, 2013.